

HABEAS CORPUS Nº 492.985 - RS (2019/0040044-4)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : FELIPE IMMICH
ADVOGADO : FELIPE IMMICH - RS0087978
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : IGOR MATHEUS DA SILVA BRITTO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de IGOR MATHEUS DA SILVA BRITTO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul no HC n.º 0008317-16.2019.8.21.7000.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante, em 09/01/2019, com posterior conversão em preventiva, como incurso no art. 157, § 2.º, inciso II, do Código Penal, por ter, em tese, praticado roubo de dois veículos pertencentes à Companhia Telefônica "Oi", em concurso com dois indivíduos e mediante emprego de simulacro de arma de fogo.

No *writ*, a Defesa alega as seguintes teses: (a) ilegalidade da prisão, por não ter sido realizada audiência de custódia; (b) ausência dos requisitos da prisão preventiva, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal; e (c) condições pessoais favoráveis à concessão da liberdade provisória.

Requer liminar para que seja revogada a prisão preventiva, ainda que com imposição de medidas cautelares do art. 319 do CPP.

É o relatório. Decido.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia isenta de dúvidas.

De início, saliento que o Superior Tribunal de Justiça orienta-se no sentido de que "*a não realização de audiência de custódia não acarreta, por si só, a nulidade da segregação cautelar, desde que observadas as garantias processuais inerentes ao processo penal constitucional*" (RHC 92.157/MG, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 15/03/2018, DJe

05/04/2018).

Por outro lado, o Juízo de primeiro grau de jurisdição, ao converter a prisão em flagrante em preventiva, registrou que "*os policiais localizaram, na residência em que estavam os flagrados Jean e Igor, duas escadas pertencentes à Empresa de Telefonia Oi, um simulacro de arma de fogo*", bem como que "*se trata de roubo majorado, com a participação de três indivíduos, dentre eles, um adolescente, situação gravíssima*" (fl. 134).

Tais fundamentos, em princípio, denotam a gravidade concreta da conduta e a periculosidade social do Paciente, a indicar, em princípio, a proporcionalidade da decretação da prisão preventiva para a garantia da ordem pública, nos termos do art. 312 do CPP.

Por fim, destaco que "*O fato de a paciente possuir condições pessoais favoráveis, por si só, não impede a decretação de sua prisão preventiva, consoante pacífico entendimento desta Corte*" (HC 474.685/DF, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 05/02/2019, DJe 13/02/2019).

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações ao Juízo de primeiro grau de jurisdição, a serem instruídas com eventual chave de acesso aos autos eletrônicos.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora